

Recompra dos títulos da dívida ainda vai demorar

Cyberman
O acordo da dívida externa acertado com banqueiros privados em julho último prevê que o Brasil poderá recomprar títulos de sua dívida no mercado secundário de Nova Iorque onde eles são vendidos com descontos de até 70 por cento. A recompra, no entanto, só poderá ser feita depois de dois anos de vigência do acordo. A revelação foi feita ontem pelo negociador da dívida externa, Pedro Malan, ao explicar aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos o acerto com os banqueiros. A Comissão

votará o acordo na próxima semana, submetendo-o a seguir ao plenário do Senado. Só depois dessa aprovação os negociadores brasileiros estarão autorizados a assinar a renegociação, assim que 95 por cento dos 500 bancos credores aderirem às condições acertadas.

Os senadores ouviram durante duas horas e meia Pedro Malan e o ministro da Fazenda, Gustavo Krause, defenderem os termos do acerto, que envolve 44 bilhões de dólares de dívidas do setor público, com os banqueiros privados,

além de juros atrasados (7 bilhões de dólares), bônus da renegociação de 1991 (6 bilhões de dólares) e outros 6 bilhões de dólares devidos a agências de bancos brasileiros em operação no exterior. No total, são 63 bilhões de dólares renegociados, para pagamento em seis tipos de bônus, com prazos de 30 anos e juros entre 4 e 6 por cento ao ano.

Ajuste — O ministro Gustavo Krause garantiu que este foi o melhor acordo que um país já conseguiu com os bancos credores internacionais. Interrogado pelo senador Espiridião Amim (PDS-SC) se o acordo irá reabrir as portas dos bancos estrangeiros ao Brasil, o ministro admitiu que os investimentos só voltarão quando o Brasil resolver seus problemas econômicos. Para ele, essa solução passa antes pelo ajuste fiscal e pela aprovação dos projetos de modernização da economia. “O ajuste fiscal é para resolver nossos problemas, e não para que possamos cumprir o acordo da dívida”, afirmou Krause. O ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, esteve rapidamente na Comissão, defendeu a aprovação do acordo com os banqueiros e disse que os brasileiros não devem demorar, “porque ninguém garante que amanhã conseguiremos as mesmas condições de pagamento”. O chanceler lembrou que “neste momento ninguém pode garantir que não haverá uma guerra comercial entre os Estados Unidos e a Comunidade Européia” por causa de subsídios agrícolas, o que poderá afetar as taxas de juros. Pedro Malan informou que ainda é cedo para dizer quanto exatamente o Brasil conseguirá de descontos da dívida externa, mas estimou que deve ficar em torno de 20 por cento. Em julho, ao anunciar a conclusão dos acertos, o então ministro Marcílio Marques Moreira disse que o Brasil teria 35 por cento de descontos.